

## PERSONAGEM

# Poder de Antônio Carlos fica sem herdeiros

*Morte de Luís Eduardo destruiu sonho de chegar à Presidência, que senador transferira para o filho*

MARIA INÊS NASSIF

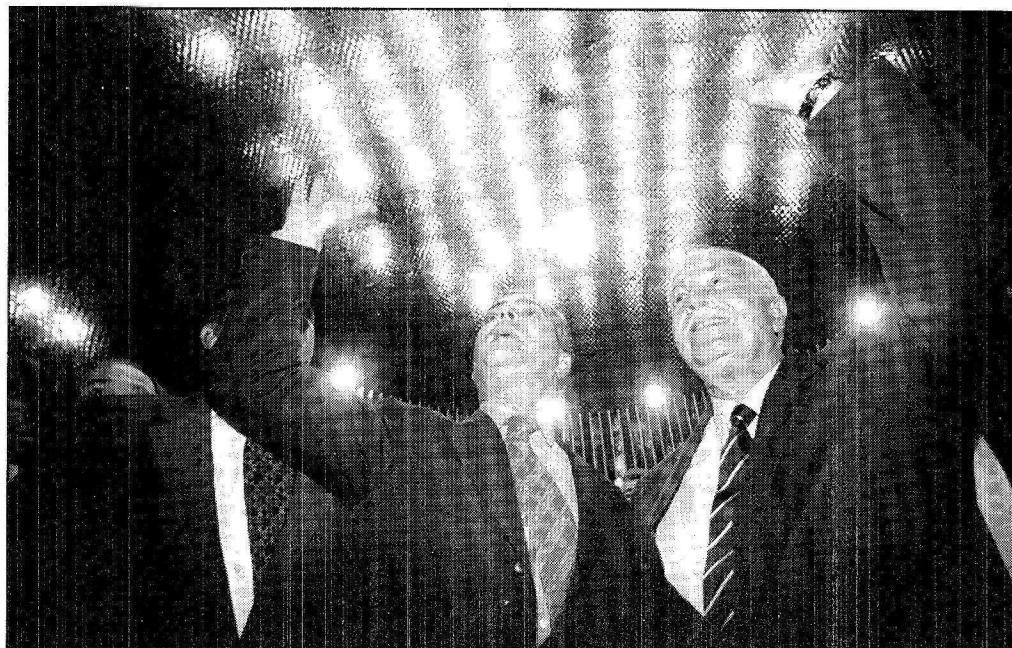
**S**ALVADOR – Tudo caminhava como se fosse a ordem natural das coisas. Aos 70 anos de idade, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) conseguiu um poder que poucos na história desfrutaram, exceto pelo uso exclusivo da força: na Bahia é o monarca; no Senado, um temido presidente da instituição e, atravessando a rua, no Palácio do Planalto, um aliado fiel, porém indigesto, que consegue vitórias para o governo, sabe quanto vale e cobra prontamente o preço, quando preciso.

ACM só não cumpriu o sonho de ser presidente da República, embora não o tenha abandonado. Transferiu-o para o filho, Luís Eduardo – como, aos poucos, preparava-o para herdar o patrimônio político baiano, um poder de fazer inveja a qualquer maioria que o presidente Fernando Henrique Cardoso possa obter nacionalmente. O projeto PFL 2002, de chegar à Presidência, era um projeto Magalhães, que se iniciaria em 1998, com uma eleição que seria um verdadeiro passeio: estava planejado, e se cumpriria, que Luís Eduardo chegaria ao Palácio de Ondina, sede do governo, com uma acachapante vitória sobre uma reduzida e acuada oposição, e daí prepararia sua chegada ao Palácio do Planalto.

Na Bahia, para os carlistas, era tudo cristalino: Luís Eduardo, o herdeiro, seria o governador agora e o presidente em 2002. Na quarta-feira, quando o bispo auxiliar de Salvador, d. Eugênio de Araújo Sales, terminou os serviços religiosos, foram depositadas no túmulo, junto com o corpo do filho querido morto na véspera, todas as verdades tidas como óbvias da política baiana. O poder de Antônio Carlos não tem mais herdeiros.

“Vou rezar para o senador ter saúde, senão o Estado acaba”, dizia a dona de casa Edna Araújo Sales, enquanto esperava na fila do velório de Luís Eduardo, na Assembleia Legislativa. “Foi uma perda muito grande para a Bahia, o Luís Eduardo era nosso futuro presidente.”

**Histórias de recuperação** – A dor estampada no rosto do pai não tinha tamanho. Entre os baianos, no entanto, a aposta era se o presidente do Senado, dessa vez como nos outros grandes baques da sua vida, se recuperaria depressa – o que significa dizer retomar as rédeas da política regional, que ficou em suspenso esperando sua decisão, e voltar como um trator para o Senado, tomando para si a conclusão das reformas, defendidas com especial paixão pelo filho. Na quinta-feira, ainda chorando muito, infor-



Luís Eduardo, com o pai: deputado era o único do grupo a não mostrar submissão total

mou aos assessores no Senado, por telefone, que na segunda-feira estaria cumprindo expediente normal, o que poupou seus funcionários do incômodo de ter de desmentir os insistentes boatos de que renunciaria ao mandato, disputaria o governo do Estado novamente e se recolheria, no fim da sua vida pública, à Bahia.

Contou a decisão de voltar ao trabalho aos amigos, que durante todo o dia foram ao edifício Stela Maris visitá-lo. Com um, chegou a tentar uma troca de idéias sobre o que fazer com a política baiana. “Não quero”, disse, sem veemência, ao amigo que sugeria que ele próprio, ACM, disputasse a eleição no lugar do filho. “Estou procurando descobrir o que Luís Eduardo gostaria que eu fizesse”, disse, dando a entender que, na sua cabeça, já existia um esboço de solução para o problema estadual.

Enquanto ele não vier a público dizer qual é sua decisão – e, na Bahia, essas decisões são prerrogativas exclusivamente suas – a sucessão estadual estará parada. “Ninguém faz nada enquanto Antônio Carlos não disser o que quer”, afirma um opositorista.

“É cedo para pensar o que fazer”, afirmou, no enterro de Luís Eduardo, um parlamentar baiano, impressionado com a extensão do desespero do senador pela morte do herdeiro. “Antes de Antônio Carlos recuperar-se para a política, é preciso que se recupere para a vida.” Na Bahia, no entanto, a mística que se criou em torno da fortaleza de seu imperador é tão grande que poucos se aventuram a prever que a reação de ACM ao desgosto será afastar-se da política. “Que o homem está destrocado, está, mas acreditar que ele jogou a toalha é um total desconhecimento de sua personalidade”, afirma outro político baiano. Os acenos feitos por Antônio Carlos indicam que, até o momento, o segundo político é que está certo.

A história de Antônio Carlos e da Bahia têm episódios que podem comprovar a tese. O mais lembrado esses dias foi o de 1982, quando, a poucos dias da

eleição, caiu um helicóptero onde estavam o candidato a governador, Clériston de Andrade, seu vice e 16 outros políticos carlistas. ACM tinha uma estreita relação pessoal com o seu candidato a governador e preparou-o ao longo de anos – e era o seu grande amigo, que o substituiria no governo do Estado. Em poucos dias, recuperado do golpe, ACM escolheu João Durval para substituir Clériston, deixando claro que foi atropelado pelo destino, mas nem ele o deteria. “Eu elejo quem eu quiser”, afirmou na época em uma entrevista ao *Jornal do Brasil* que ficou famosa entre a oposição baiana. Nela, o poderoso Antônio Carlos confessava que governa com um chicote na mão e um saco de dinheiro na outra – e que ou uma ou outra mão se encarregava de cooptar adversários.

Durval não era o figurino perfeito de um político carlista. Com ambições próprias, acabou rachando a base política de ACM. Isso foi mortal para o reinado do velho político. Quando Durval deixou o governo, entregou-o à oposição. Venceu as eleições o candidato do PMDB, Waldir Pires, o ex-consultor de João Goulart e ex-deputado, recém-chegado do exílio, que se aliou a um pedaço da base carlista desagregada, entre eles Nilo Coelho, a adesão recente ao PSDB que Sérgio Motta desprezou.

Waldir derrotou Josaphat Marinho, surpreendentemente um candidato do PSB apoiado pelo PFL carlista – e posteriormente expulso de seu partido por esse pecado. Mas ACM tomou essa derrota como pessoal. Foi um baque. No fim do mês de novembro, após a derrota, morreu uma de suas filhas – a preferida, junto com Luís Eduardo – em circunstâncias trágicas. Oito dias depois, quando todos ainda o julgavam definitivamente acabado, reassumiu o Ministério das Comunicações do governo Sarney.

**Diferenças** – Antônio Carlos Magalhães completou 70 anos no ano passado. Teve dois filhos homens. Antônio Carlos Magalhães Júnior, o mais velho, cuida dos negócios da família e figura como suplente de senador do pai. Luís Eduardo, no entanto, era a grande vocação política.

não e para quem a Bahia vem em primeiríssimo lugar. Luís Eduardo era o hábil negociador, um político nacional, aquele para quem ceder faz parte das regras do jogo. Os objetivos finais, no entanto, eram os mesmos: pai e filho beberam da cartilha liberal e valorizavam o poder local como fonte segura de influência na política nacional. Pelo estilo, os adversários taxam ACM de conservador. Consideravam Luís Eduardo um liberal moderno.

**Identidade** – De todo o grupo carlista, Luís Eduardo era o único que enfrentava o chefe supremo – e o único de quem Antônio Carlos não exigiu total submissão, segundo pessoas próximas a ambos. No início da carreira, o filho enfrentou o pai, até que encontrou um caminho próprio – sem, no entanto, jamais ter rompido. Depois que ambos fixaram suas fronteiras, as divergências passaram a limitar-se ao campo

pessoal: ACM tentou manter um certo controle sobre a vida do filho, sob os seus protestos. Na política, no entanto, a identidade era total. “Eles falavam-se no mínimo quatro vezes por dia, estivessem onde estivessem”, conta o deputado Benito Gama (PFL-BA). “Eles tinham um profundo amor um pelo outro”, conta o ex-deputado Francisco Benjamin, presidente regional do PFL.

Por ter vida própria, Luís Eduardo relutou em assumir-se como herdeiro do pai. Mas sabia que era inevitável um dia assumir o patrimônio político do pai. E a herança de poder está corporificada no governo do Estado: o controle absoluto sobre todas as variáveis da administração estadual e, por intermédio dela, sobre a vida dos municípios, é a marca da hegemonia carlista. Essa política nunca foi a do filho. “Ele nunca gostou da política baiana, nunca fez eleição: o pai sempre o elegeu”, exagera um opositorista. “Sua imagem está distante da mística da baianidade forjada pelo pai”, dizia um outro, na época do seu lançamento ao governo estadual.

Luís Eduardo preferia que o então governador, Paulo Souto, disputasse a reeleição. Souto também. Venceu ACM. Luís Eduardo acabou cedendo e cumpriu o que, na cabeça do pai, seria o vestibular para a Presidência: a disputa pelo governo. Souto aceitou também, como costumam fazer os carlistas, e deixou o governo com o vice, César Borges, para disputar o Senado. Após a morte de Luís Eduardo, surgiu um movimento de deputados estaduais para ressuscitar a candidatura Souto, enquanto os federais defendiam a candidatura ACM. Brigas ao vento. A decisão é exclusiva do presidente do Senado, que não costuma dividir

nenhuma delas. Talvez só tenha feito isso com Luís Eduardo.

Os primeiros palpites arriscados para o lugar de Luís Eduardo, pelo menos na disputa pelo governo do Estado, levam a Souto. Antes de deixar o governo, o seu nome figurava em todas as pesquisas eleitorais como o grande favorito, superando até o líder do governo na Câmara em preferência do eleitorado. Teria, na avaliação de pessoas ligadas ao PFL, o grande inconveniente de ter feito uma liderança própria durante o seu governo, o que não é visto com bons olhos por ACM. A outra opção seria César Borges, que já está no governo e não teve tempo de formar liderança.

**Escolha** – Essas são as especulações. A solução definitiva, pelo menos para o problema imediato da candidatura a governador, está somente na cabeça do presidente do Senado. Resolvida essa pendência, permanecerá outra muito maior, criada pela morte de Luís Eduardo: quem será escolhido o sucessor do imperador no Estado. Por enquanto, existe apenas um único nome na bolsa de apostas, o do prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy.

De todos os políticos projetados por ACM, ele é considerado o que tem maior carisma pessoal. Manteve uma relação de respeito com o senador sem ser completamente subserviente a ele, segundo fontes ligadas aos carlistas, e é hoje o que reúne as qualidades de competência administrativa e habilidade política – as criações de ACM costumam ser escolhidas por uma única qualidade, em geral a primeira. Além disso, era grande amigo de Luís Eduardo. Na quinta-feira, não foi trabalhar e nem sequer atendeu seus próprios assessores. “Ele está abaladíssimo”, disse um deles.